

Despacho n.º 12 013/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

1 — É criada, para funcionar na dependência da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade, e para o exercício de funções de carácter predominantemente administrativo, a Secção de Pessoal (SP), chefiada por um funcionário com a categoria de chefe de secção.

2 — Transita para a SP o pessoal afecto à ex-secção de pessoal.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Despacho n.º 12 014/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis;

Considerando que a licenciada Paula de Jesus Mira Rebola Vieira possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de chefe da Divisão de Administração de Sistemas de Informação da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Paula de Jesus Mira Rebola Vieira para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe da Divisão de Administração de Sistemas de Informação da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular**Dados pessoais:**

Nome — Paula de Jesus Mira Rebola Vieira;
Naturalidade — Lisboa;
Data de nascimento — 29 de Setembro de 1962.

Formação académica:

Licenciatura em Informática, ramo de Sistemas, na Universidade Lusófona;

Pós-graduação em Gestão em Empresas Digitais, na Universidade Lusófona.

Formação complementar:

Curso de Contabilidade e Gestão no INESP;
Curso de Formação Pedagógica de Formadores no INA;
Curso de Gestão de Projectos Informáticos no INA;
Certificação da Microsoft em Microsoft Office;
Curso de Administração de Redes Locais no INA;
Frequenta curso de Gestão por Objectivos no INA;
Frequenta curso de Gestão Estratégica no INA.

Experiência profissional:

Iniciou funções públicas em 1984, no Ministério da Agricultura e Pescas;

Ingressou no quadro de pessoal do Centro de Informática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1990;

Ingressou no quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na carreira técnica superior de informática, em Agosto de 2000;

Detém a categoria de especialista de informática, grau 2, nível 1;
Coordenadora técnica do Gabinete de Informática da Secretaria-Geral, através de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 23 de Fevereiro de 2002, e no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 200, de 25 de Agosto de 2004.

Nomeações para grupos de trabalho/outros:

Nomeada representante suplente da Secretaria-Geral no Núcleo para a Sociedade de Informação do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, em 6 de Novembro de 2000;

Nomeada representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território na Comissão Intersectorial de Tecnologias de Informação na Administração Pública, através de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 8 de Novembro de 2000;

Nomeada para a coordenação até finais de 2003 da Entidade de Coordenação Sectorial do MCOTA, visando o cumprimento do Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho;

Integra o grupo de trabalho do projecto «Plataforma comum de modernização», desde 2006, para o desenvolvimento de uma plataforma de gestão documental electrónica entre cinco ministérios.

Despacho n.º 12 015/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis;

Considerando que a licenciada Maria João Martinho Alfeirão possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de chefe de divisão de Programação e Controlo de Investimentos da Secretaria-Geral, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Maria João Martinho Alfeirão para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Programação e Controlo de Investimentos da Secretaria-Geral.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular**Identificação:**

Nome — Maria João Martinho Alfeirão;
Data e local de nascimento — 17 de Agosto de 1958, Lisboa.

Habilitações académicas — licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, concluída em 1985, com a classificação final de 13 valores.

Percurso e experiência profissional:

Assessora principal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, desde Setembro de 2005, da Divisão de Planeamento e Gestão, onde foram integradas as funções antes atribuídas ao Gabinete de Prospectiva e Avaliação;

Assessora do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, na Divisão de Planeamento e Gestão (Abril de 2002 a Setembro);

Técnica superior principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, requisitada na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, exercendo funções de coordenadora do Gabinete de Prospectiva e Avaliação, estrutura informal que sucede à equipa de projecto para a prospectiva e avaliação do PIDDAC (Março de 1998 a Abril de 2002);

Responsável pelo desenvolvimento das actividades do gabinete, nomeadamente na preparação dos planos anuais de desenvolvimento, com expressão financeira no orçamento de investimentos (PIDDAC), com base na análise das propostas de programação apresentadas pelos órgãos de planeamento dos organismos tutelados pelo Ministério, acompanhamento do processo de gestão e da evolução da execução dos investimentos, elaboração de pareceres sobre alterações ao orçamento, ou sobre outras medidas de gestão, promover a apresentação pelos serviços de relatórios sobre a execução física e financeira dos projectos de investimento, coordenando e mantendo actualizado o quadro de indicadores definidos sobre a execução efectiva e previsional e de elaboração de relatórios;

Participação na unidade de gestão do Programa Operacional do Ambiente, em representação da Secretaria-Geral do Ministério;

Arranque com a equipa de projecto (Março de 1998), constituída com os objectivos depois preenchidos pelo Gabinete de Prospectiva e Avaliação da Secretaria-Geral, dando início à instalação de processos e procedimentos, com vista à coordenação do investimento global do Ministério, definindo os meios e os indicadores com vista ao controlo de execução;

Nomeação como coordenadora da equipa de projecto para a prospectiva e avaliação do PIDDAC do Ministério do Ambiente (Outubro de 1998 a Outubro de 2000);

Técnica superior principal no Gabinete de Planeamento e Controlo da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, desempenhando funções na área de coordenação do PIDDAC do Ministério da Cultura (Janeiro de 1996 a Março de 1998);

Técnica superior de 1.ª classe na Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo do Departamento de Prospectiva e Planeamento, com funções na preparação anual do PIDDAC, na análise e acompanhamento da execução de programas e projectos no mesmo âmbito e colaboração na elaboração dos documentos de análise do PIDDAC (Setembro de 1990 a Janeiro de 1996);

Técnica superior de 2.ª classe no Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, com funções na concepção dos instrumentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de várias operações estatísticas, da fase inicial até à saída de resultados, coordenação global na área de estatística e articulação com a área de informática, coordenação das equipas da análise de projectos estatísticos [«Balanço social» (1986-1989), «Inquérito à gestão do tempo de trabalho 1987» e «Inquérito às necessidades de formação profissional das empresas 1990»] (Fevereiro de 1987 a Setembro de 1990);

Ingresso na função pública no Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, como técnica auxiliar, integrando a equipa de análise dos quadros de pessoal na Divisão de Estatísticas de Fontes Administrativas (Outubro de 1977 a Fevereiro de 1987).

Artigo publicado comunicação sobre o tema «Balanço social — Potencialidades da informação disponível e seu aproveitamento estatístico», apresentada na 3.ª RIESLOP — Reunião Internacional sobre Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Outubro de 1989), edição SICT-MESS, 1991.

Despacho n.º 12 016/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do MAOTDR;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando que a licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de directora de serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha para exercer, em regime de substituição, o cargo de directora de serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha;

Naturalidade — Castelo Branco;

Data de nascimento — 23 de Maio de 1960.

Qualificações académicas — licenciatura em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a classificação de 16 valores.

Formação profissional:

Seminário de Alta Direcção, realizado no INA;

Participação, a nível nacional e internacional, em cursos, seminários, congressos, conferências e encontros técnicos e científicos nas áreas de gestão de recursos humanos, gestão da formação, avaliação de desempenho de pessoas e organizações, indivíduos e organizações — relacionamento interpessoal, regime geral da função pública, legislação laboral, qualidade, modernização, reforma da Administração Pública, auditoria de recursos humanos, etc.

Experiência profissional:

Iniciou funções públicas em 30 de Janeiro de 1986, na Escola Superior de Teatro e Cinema, do Instituto Politécnico de Lisboa;

Ingressou no quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) em 1 de Julho de 1997;

Detém a categoria de técnica superior principal, da carreira técnica superior, desde 5 de Setembro de 2005;

Representante da Secretaria-Geral do MCOTA, junto de diversas entidades e grupos de trabalho, nomeadamente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2002) e Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho;

Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do MAOTDR, desde 16 de Outubro de 2002.

Despacho n.º 12 017/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando que o licenciado António Cândido Lopes Madureira possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de director de serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o licenciado António Cândido Lopes Madureira para exercer, em regime de substituição, o cargo de director de serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular

António Cândido Lopes Madureira.

Nascido a 13 de Agosto de 1952, em Tomar, freguesia de São João Baptista.

Licenciado em Direito, em Outubro de 1976, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Efetuou o estágio para exercício da advocacia, terminado em 1978.

Carreira profissional:

Desempenhou a actividade de professor do ensino secundário na Escola Secundária Rainha Dona Leonor, no ano lectivo de 1976-1977;

Integrou o quadro da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários e, posteriormente, da Direcção-Geral dos Serviços Veterinários de 1977 a 1993;

Prestou serviço no Gabinete do Secretário de Estado do Fomento Agrário, do Secretário de Estado da Agricultura, do Secretário de Estado dos Recursos Naturais e do Secretário de Estado da Justiça;

Igualmente nos Gabinetes do Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais (chefe do Gabinete) e do Ministro da Defesa Nacional;

Foi secretário-geral do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais de 1993 a 1996;

Integrou a comissão de reorganização das actividades industriais de defesa (CRACID); foi secretário do conselho de administração da EMPORDEF — Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S. A., holding do Estado para a Indústria de Defesa, secretário-geral desta sociedade de capitais exclusivamente públicos e vogal do conselho de administração da IDD — Indústria de Desmilitarização e Defesa, S. A.;

Grande parte da actividade profissional desenvolvida prendeu-se com assuntos quer de contencioso administrativo, quer de formulação de legislação, quer ainda no apoio administrativo e de recursos humanos, tudo no âmbito dos gabinetes, empresas e serviços onde prestou serviço. Actualmente desenvolve a sua actividade na auditoria jurídica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Actividades relevantes e representações institucionais:

Integrou o grupo de trabalho que teve como objectivo proceder à harmonização da legislação veterinária portuguesa com a legislação comunitária;

Designado substituto do subdirector-geral dos Serviços Veterinários para os assuntos relacionados com a problemática da adesão de Portugal à CEE;

Assessorou o grupo de trabalho para estudo do trânsito ilegal de gado de e para Espanha, bem como o respeitante à revisão do «Crédito à Pecuária sem terra», na DGSV;

Presidiu ao grupo de trabalho interministerial respeitante à circulação de gado no território do continente;

Representante da DGSV junto do Conselho Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho;